

A França na Encruzilhada

Leão Trotsky

28 de março de 1936

Primeira Edição:
Fonte: extraído de AONDE VAI A FRANÇA? Da edição em português da Editora Desafio, maio de 1994, páginas 123 a 138. [Na quarta página do livro pode-se ler: “Para a tradução deste volume, foram usadas como fontes a versão em língua francesa – cuja edição foi acompanhada diretamente por Trotsky – e espanhola...”].
Tradução de:
Transcrição de: Alexandre Linares para o [Marxists Internet Archive](#)
HTML de: Fernando Antônio de Souza Araújo para o [Marxists Internet Archive](#), julho 2005.
Direitos de Reprodução: [Marxists Internet Archive](#) (marxists.org), 2005. A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License .

Este livro é consagrado ao esclarecimento dos métodos da política revolucionária do proletariado em nossa época [1*]. A exposição tem um caráter polêmico, como a própria política revolucionária. Ao conquistar as massas oprimidas, a polêmica dirigida contra a classe dominante se transforma, em um dado momento, em revolução.

Compreender claramente a natureza social da sociedade moderna, do seu Estado, do seu direito, de sua ideologia, constitui o fundamento teórico da política revolucionária. A burguesia opera por abstração (“nação”, “pátria”, “democracia”) para camuflar a exploração que está na base de sua dominação. Le Temps, um dos mais infames diários do universo, ensina a cada dia o patriotismo e o desinteresse às massas populares francesas. No entanto, não é segredo para ninguém que o desinteresse de Le Temps é estimado segundo uma tarifa internacional bem estabelecida.

O primeiro ato da política revolucionária é desmascarar as ficções burguesas que intoxicam o sentimento das massas populares. Estas ficções se tornam particularmente danosas quando amalgamadas às idéias de “socialismo” e “revolução”. Mais do que em nenhum outro momento, hoje, são os fabricantes dessas amálgamas que dão o tom às organizações operárias francesas.

A primeira edição desta obra exerceu certa influência sobre a formação do Partido Comunista Francês: o autor recebeu muitos testemunhos disso, e não seria difícil encontrar traços em L'Humanité até 1924. Durante os doze anos seguintes, procedeu-se na Internacional Comunista – depois de diversos e febris ziguezagues – a uma revisão fundamental de valores: basta dizer que hoje esta obra figura no index dos livros proibidos. Por suas idéias e métodos, os atuais chefes do Partido Comunista Francês (somos obrigados a conservar esta forma de nomeá-lo, que está em completa contradição com a realidade) não se diferenciam em nada de Kautsky, contra quem foi dirigida nossa obra; em todo caso, são imensamente mais ignorantes e cínicos. O novo ataque de reformismo e patriotismo que sofreram Cachin e Cia., teria podido, por si só, justificar uma nova edição deste livro. Entretanto, existem outras razões mais sérias, que têm suas raízes na profunda crise revolucionária que sacode o regime da Terceira República.

Após dezoito anos de ausência, o autor desta obra teve a possibilidade de passar dois anos na França (1933-35); é verdade que na qualidade de simples observador de província e, ainda por cima, objeto de estreita vigilância. Nessa época, no departamento de Isère, onde o autor teve ocasião de permanecer, ocorreu um pequeno incidente semelhante a muitos outros que, no entanto, dá a chave de toda a política francesa. Em um sanatório pertencente ao Comitê de Forges, um jovem operário, às vésperas de uma grave operação, se permitiu ler um diário revolucionário (mais exatamente: o diário que ele, ingenuamente, considerava revolucionário, era L'Humanité). A administração apresentou ao imprudente enfermo, e em seguida a outros quatro pacientes que compartilhavam suas simpatias, este ultimato: renunciar a receber publicações indesejáveis ou serem atirados à rua. Que os pacientes observassem que no sanatório se realizava, abertamente, propaganda clerical e reacionária, não teve, evidentemente, nenhum efeito. Como se tratava de simples operários, que não arriscavam cadeiras parlamentares nem pastas ministeriais, mas unicamente a sua saúde e sua vida, a intimidação fracassou: cinco pacientes, um dos quais às

vésperas de ser operado, foram postos na porta do sanatório. Grenoble tinha então uma prefeitura socialista, presidida pelo doutor Martin, um desses burgueses conservadores que geralmente dão o tom no partido socialista e dos quais Leon Blum é um consumado representante. Os operários expulsos tentaram encontrar um defensor na pessoa do prefeito. Em vão: apesar da insistência, das cartas, dos trâmites, sequer foram recebidos. Dirigiram-se então ao jornal de esquerda local, La Dépêche, no qual radicais e socialistas formavam um bloco indissolúvel. Quando soube que se tratava do sanatório do Comitê de Forges, o diretor do jornal se negou categoricamente a intervir: tudo o que quisessem, menos isso. Uma vez, por imprudência em relação àquela poderosa organização, La Dépêche já tinha sido privado de publicidade, sofrendo por isso uma perda de 20 mil francos. Diferentemente dos proletários, o diretor do jornal de esquerda, assim como o prefeito, tinha algo a perder; assim, renunciaram a uma luta desigual, abandonando à própria sorte os operários com seus intestinos e rins doentes.

Uma ou duas vezes por semana, o prefeito socialista, comovido por vagas recordações da juventude, faz um discurso para elogiar as vantagens do socialismo sobre o capitalismo. Durante as eleições, La Dépêche apóia o prefeito e seu partido. Tudo para o bem de todos. O Comitê de Forges olha com tolerância completamente liberal essa espécie de socialismo que não causa o menor prejuízo aos interesses materiais do capital. Com 20 mil francos de publicidade por ano – como são baratos esses senhores –, os feudais da indústria pesada e dos bancos tem praticamente garantida a devoção de um grande jornal do bloco de esquerdas! E não somente esse jornal: o Comitê de Forges tem, com certeza, muitos meios diretos ou indiretos para atuar sobre os senhores prefeitos, senadores e deputados, inclusive sobre os prefeitos, senadores e deputados socialistas. Toda a França oficial está sob a ditadura do capital financeiro. No dicionário Larousse, este sistema é designado com o nome de “República Democrática”.

Os senhores deputados de esquerda e os jornalistas, não somente de Isère, mas de todos os departamentos da França, acreditavam que sua coexistência pacífica com a reação capitalista não terminaria nunca. Equivocavam-se. Enfraquecida há muito tempo, a democracia sentiu, de repente, o cano de um revólver na cabeça. Do mesmo modo que os armamentos de Hitler – ato material brutal – causaram uma verdadeira revolução nas relações entre os

Estados, demonstrando a inutilidade e o caráter ilusório do que se convencionou chamar “direito internacional”, os grupos armados do coronel La Rocque introduziram a perturbação nas relações internas da França, obrigando todos os partidos, sem exceção, a reorganizar-se, depurar-se e reagrupar-se.

Friedrich Engels escreveu um dia que o Estado, inclusive a República democrática, consiste em grupos armados para a defesa da propriedade; todo o resto não tem outra função que a de embelezar ou mascarar este fato. Os eloqüentes defensores do “direito”, do tipo de Herriot e Blum, sempre se revoltaram com este cinismo. Mas Hitler e La Rocque, cada um no seu âmbito, mostraram outra vez que Engels tem razão.

Em princípios de 1934, Daladier era presidente do Conselho pela vontade do sufrágio universal, direto e secreto: tinha a soberania nacional no bolso, debaixo do lenço. Mas, desde que os grupos de La Rocque, Maurras e Cia., mostraram que tinham audácia para baleiar e cortar os jarretes dos cavalos da polícia, Daladier e sua soberania deram lugar ao inválido político designado pelos chefes desses grupos. Este fato tem infinitamente mais importância que todas as estatísticas eleitorais e não se poderia apagá-lo da história recente da França, pois é uma advertência para o futuro.

É verdade que não está nas mãos de qualquer grupo armado de revólveres modificar, em qualquer momento, a orientação política de um país. Somente os grupos armados que são órgãos de uma determinada classe podem, em certas circunstâncias, desempenhar um papel decisivo. O coronel La Rocque e seus partidários querem assegurar a “ordem” contra as perturbações. E como na França “ordem” significa dominação do capital financeiro sobre a pequena e média burguesia, e domínio do conjunto da burguesia sobre o proletariado e as camadas próximas a ele, as tropas de La Rocque são simplesmente grupos armados do capital financeiro.

Esta idéia não é nova. Pode-se inclusive encontrá-la, freqüentemente, em *Le Populaire* e *L’Humanité*, ainda que não tenham sido os primeiros a formulá-la. Entretanto, estas publicações não dizem senão a metade da verdade. A outra metade é que Herriot e Daladier, com seus partidários, são também agentes do capital financeiro; de outro modo o partido radical não teria podido ser, durante décadas, o partido governante na França. Se não se quer brincar às escondidas, é necessário dizer que La Rocque e Daladier trabalham para o mesmo patrão.

Isso não significa, evidentemente, que existe completa identidade entre eles e entre seus métodos. Pelo contrário. Eles se combatem numa guerra encarniçada, como dois agentes especializados, cada um dos quais possuindo o segredo da salvação. Daladier promete manter a ordem por meio da democracia tricolor. La Rocque estima que o parlamentarismo acabou e deve ser varrido em favor de uma ditadura militar e policial declarada. Os métodos políticos são antagônicos, mas os interesses sociais são os mesmos.

A decadência do sistema capitalista, sua crise incurável, sua decomposição, formam a base histórica do antagonismo que existe entre La Rocque e Daladier (tomamos estes nomes exclusivamente para facilitar a exposição). Apesar dos incessantes progressos da técnica e dos notáveis resultados de certos ramos industriais, o capitalismo, em seu conjunto, freia o desenvolvimento das forças produtivas, o que determina uma extrema instabilidade nas relações sociais e internacionais. A democracia parlamentar está intimamente ligada à época da livre-concorrência e do livre-comércio internacional. A burguesia pôde tolerar o direito de greve, de reunião, de liberdade de imprensa, durante o tempo em que as forças produtivas estiveram em plena ascensão, os caminhos se ampliaram, o bem-estar das massas populares (ainda que restringido) aumentava e as nações capitalistas podiam viver e deixar viver. Hoje, não mais. A época imperialista se caracteriza, exceto na União Soviética, por uma estagnação e uma diminuição da renda nacional, por uma crise agrária crônica e um desemprego orgânico. Estes fenômenos internos são tão inerentes à fase atual do capitalismo como a gota e a esclerose o são a uma determinada idade do indivíduo. Querer explicar o caos econômico pelas conseqüências da última guerra é dar provas de um espírito desesperadamente superficial, semelhante ao do senhor Caillaux, do conde Sforza e outros. A guerra não foi outra coisa que a tentativa dos países capitalistas de fazer recair o crack, que naquele momento os ameaçava, sobre os ombros do adversário. A tentativa fracassou. A guerra não fez senão agravar os sinais de decomposição, cuja acentuação atual prepara uma nova guerra.

Por piores que sejam as estatísticas econômicas da França, que silenciam intencionalmente sobre os antagonismos de classes, elas não podem dissimular os indícios claros de decomposição social. Paralelamente à diminuição da renda nacional, à queda verdadeiramente catastrófica da renda do campo, à ruína dos pequeno-burgueses das cidades, ao crescimento do desemprego, as empresas gigantes – com um valor anual de negócios de 100 a 200 milhões, e até mais –

obtém lucros brilhantes. O capital financeiro chupa o sangue do povo francês, literalmente. Tal é a base social da ideologia e da política de “união nacional”.

São possíveis, e até mesmo inevitáveis, distensões e flutuações no processo de decomposição; mas terão um caráter estritamente condicionado pela conjuntura. No que se refere à tendência geral de nossa época, ela coloca a França, assim como outros países, ante a seguinte alternativa: ou o proletariado deve derrubar a ordem burguesa profundamente apodrecida, ou o capital, em vista da sua própria sobrevivência, deve substituir a democracia pelo fascismo. Por quanto tempo? A sorte de Mussolini e Hitler responderá a esta pergunta.

Os fascistas dispararam, em seis de fevereiro de 1934, por ordem direta da Bolsa, dos bancos e dos trustes. Destas mesmas posições de comando, Daladier recebeu a ordem de entregar o poder a Doumergue. E se o ministro radical, presidente do Conselho, capitulou – com a pusilanimidade que caracteriza os radicais –, é porque reconheceu nos grupos de La Rocque as tropas do seu próprio patrão. Dito de outro modo: Daladier, ministro soberano, cedeu o poder a Doumergue pela mesma razão que o diretor de La Dépêche e o prefeito de Grenoble se negaram a denunciar a odiosa crueldade dos agentes do Comitê de Forges.

No entanto, a passagem da democracia ao fascismo implica risco de convulsões sociais. Dai as vacilações e desacordos táticos que se observam nas altas esferas da burguesia. Todos os magnatas do capital estão de acordo em continuar reforçando os grupos armados, que poderão constituir uma saudável reserva na hora do perigo. Mas que lugar conceder a esses grupos de agora em diante? Deve-se permitir que passem ao ataque imediatamente ou mantê-los à espera, como um meio de intimidação? São questões ainda não decididas. O capital financeiro já não crê que os radicais possam arrastar, atrás de si, as massas da pequena-burguesia e manter o proletariado, através da pressão destas mesmas massas, dentro dos limites da disciplina “democrática”. Contudo, não tem grande confiança em que as organizações fascistas, às quais falta ainda uma verdadeira base de massa, sejam capazes de apoderar-se do poder e estabelecer um regime forte.

O que fez os dirigentes que operam nos bastidores compreenderem a necessidade de ser prudentes não foi a retórica parlamentar, mas a revolta dos operários, a tentativa de greve geral – é verdade que sufocada desde o começo

pela burocracia de Jouhaux – e, posteriormente, os motins locais (Toulon, Brest). Com os fascistas colocados um pouco em seu lugar, os radicais respiraram mais livremente. Le Temps, que em uma série de artigos já havia encontrado a oportunidade de oferecer sua mão e seu coração à “geração jovem”, redescobriu as vantagens do regime liberal, que lhe parece adequado ao espírito francês. Assim se estabeleceu um regime instável, transitório, bastardo, adequado não ao espírito francês, mas ao declínio da Terceira República. Neste regime, são os traços bonapartistas que aparecem com maior nitidez: independência do governo em relação aos partidos e programas, liquidação do Poder Legislativo por meio dos plenos poderes, o governo situando-se acima das frações em luta, isto é, de fato, acima da nação, para desempenhar o papel de “árbitro”. Os ministérios Doumergue, Flandin, Laval, com a infalível participação dos radicais, humilhados e comprometidos, representaram pequenas variações sobre um mesmo e único tema.

Desde que foi formado o ministério Sarraut, Leon Blum, cuja perspicácia tem duas dimensões, em vez de três, anunciou: “Os últimos efeitos do seis de fevereiro estão destruídos no plano parlamentar” (Le Populaire de 2 de fevereiro de 1936). Eis o que se chama pintar a sombra do coche com a sombra de um pincel! Como se fosse possível suprimir “no plano parlamentar” a pressão dos grupos armados do capital financeiro! Como se Sarraut pudesse não sentir essa pressão e não tremer diante dela! Na realidade, o governo Sarraut-Flandin é uma variedade desse mesmo “bonapartismo” semiparlamentar, ainda que ligeiramente inclinado à “esquerda”. O próprio Sarraut, refutando a acusação de haver tomado medidas arbitrárias, respondeu ao Parlamento, como se não pudesse fazer melhor: “Se minhas medidas são arbitrárias, é porque quero ser um árbitro.” Este aforismo não ficaria fora de lugar na boca de Napoleão Terceiro. Sarraut se sente não o mandatário de um determinado partido ou de um bloco de partidos no poder, como querem as regras do parlamentarismo, mas um árbitro acima das classes e dos partidos, como querem as leis do bonapartismo.

O agravamento da luta de classes e, sobretudo, a entrada em cena dos grupos armados da reação não revolucionaram menos as organizações operárias. O partido socialista, que desempenhava pacificamente o papel de quinta roda no carro da Terceira República, se viu obrigado a repudiar metade de suas tradições cartelistas e até mesmo a romper com sua ala direita

(neosocialistas). Ao mesmo tempo, os comunistas evoluíam em sentido contrário, mas em uma escala infinitamente mais vasta. Durante anos, estes senhores tinham sonhado com barricadas, conquista das ruas etc. (é verdade que este sonho tinha, sobretudo, um caráter literário). Depois de seis de fevereiro, compreendendo que a coisa era séria, os partidários das barricadas se lançaram à direita. O reflexo espontâneo destes tagarelas amedrontados coincidiu de um modo assombroso com a nova orientação da diplomacia soviética.

Ante o perigo que representa a Alemanha hitlerista, a política do Kremlin se voltou para a França. Status quo nas relações internacionais? Status quo no regime interno da França! Esperanças de revolução socialista? Quimeras! Os meios dirigentes do Kremlin não falam do comunismo francês senão com desprezo. É necessário, então, conservar o que existe para não piorar. Como não se concebe a democracia parlamentar na França sem os radicais, façamos com que os socialistas os sustentem; ordenemos aos comunistas que não incomodem o bloco Blum-Herriot; se possível, façamos com que entrem, eles mesmos, no bloco. Nem distúrbios nem ameaças! Esta é a orientação do Kremlin.

Quando Stálin repudia a revolução mundial, os partidos burgueses franceses não querem acreditar. Erro grave. Em política, uma confiança cega não é, evidentemente, uma virtude superior. Uma desconfiança cega, porém, não vale mais. É preciso saber confrontar as palavras com os atos e discernir a tendência geral da evolução para muitos anos. A política de Stálin, que é determinada pelos interesses da burocracia soviética privilegiada, se tornou profundamente conservadora. A burguesia francesa tem todos os motivos para ter confiança em Stálin. O proletariado francês tem outras tantas razões para desconfiar.

No congresso de unidade em Toulouse [2*], o “comunista” Racamond deu uma fórmula da política da Frente Popular digna de passar à posteridade: “Como vencer a timidez do partido radical?” Como vencer o temor ao proletariado que a burguesia sente? Muito simples: os terríveis revolucionários devem jogar fora a faca que carregam entre os dentes, passar gomalina no cabelo e adotar o sorriso mais encantador das odaliscas. O protótipo deve ser Vaillant-Couturier último modelo. Sob a pressão dos “comunistas” gomalinados,

que com todas as suas forças empurram para a direita os socialistas que se dirigiam para a esquerda, Blum teve que mudar de orientação mais uma vez. Felizmente, ele o fez no sentido habitual. Assim se formou a Frente Popular: companhia de seguros de radicais em bancarrota, à custa do capital das organizações operárias.

O radicalismo é inseparável da maçonaria. Com isso, tudo fica dito. Durante os debates sobre as Ligas que ocorreram na Câmara dos Deputados, o senhor Xavier-Vallat recordou que Trotski, em certa época, tinha “proibido” os comunistas de aderirem às lojas maçônicas. O senhor Jammy Schmidt, que aparentemente é uma autoridade no assunto, se apressou a explicar esta proibição pela incompatibilidade do bolchevismo despótico com o “espírito da liberdade”. Não vemos necessidade de polemizar sobre o tema com o deputado radical. Mas ainda hoje avaliamos que não merece confiança o representante operário que vai buscar sua inspiração ou seu consolo na insípida religião maçônica da colaboração de classes. Não é por casualidade que o Cartel foi completado através de uma ampla participação de socialistas nas lojas maçônicas. Mas, para os comunistas arrependidos, chegou o tempo de fazerem o mesmo. De resto, para os companheiros recentemente iniciados, será muito mais cômodo servir os velhos patrões do Cartel vestindo avental.

A Frente Popular nos diz, não sem revolta, que não é um cartel, em absoluto, mas um movimento de massa. É verdade que não faltam definições pomposas, mas elas não mudam as coisas. O objetivo do Cartel sempre foi o de frear o movimento de massa, orientando-o para a colaboração de classes. A Frente Popular tem exatamente o mesmo objetivo. A diferença entre eles – e não é pequena – é que o Cartel tradicional foi aplicado nas épocas de estabilidade e de calma do regime parlamentar. Hoje, com as massas impacientes e prontas a explodir, tornou-se necessário um freio mais sólido, com a participação dos “comunistas”. Os atos comuns, as marchas espetaculares, os juramentos, a união da bandeira da Comuna com a bandeira de Versalhes, a gritaria, a demagogia, tudo isso não tem mais que um objetivo: conter e desmoralizar o movimento de massa.

Para justificar-se ante as direitas, Sarraut declarou na Câmara que suas concessões inofensivas à Frente Popular não constituem nada mais que a válvula de segurança do regime. Esta franqueza poderia parecer imprudente.

Mas a extrema esquerda cobriu-a de aplausos. Sarraut não tinha porque preocupar-se. De todas as maneiras, conseguiu dar, talvez sem querer, uma definição da Frente Popular: uma válvula de segurança contra o movimento de massa. Em geral, o senhor Sarraut é feliz nos aforismos!

A política exterior é a continuação da política interna. Tendo abandonado completamente o ponto de vista do proletariado, Blum, Cachin e Cia. adotam – sob o disfarce da “segurança coletiva” e do “direito internacional” – o ponto de vista do imperialismo nacional. Preparam a mesma política de abdicação que seguiram de 1914 a 1918, acrescentando unicamente: “pela defesa da URSS”. No entanto, de 1918 a 1923, quando a diplomacia soviética se viu freqüentemente obrigada a fazer rodeios e a aceitar acordos, jamais ocorreu a uma única seção da Internacional Comunista fazer um bloco com a burguesia! Por si só, esta não é uma prova suficiente da sinceridade de Stálin quando repudia a revolução mundial?

Pelos mesmos motivos que os atuais chefes da Internacional Comunista tem para pendurar-se nas tetas da “democracia” em seu período de agonia, eles descobrem o rosto radiante da Sociedade das Nações, agora que esta já se encontra em seus estertores de morte. Assim se criou uma plataforma comum de política exterior entre os radicais e a União Soviética. O programa interno da Frente Popular é uma mistura de lugares-comuns que permitem uma interpretação tão livre quanto as Convenções de Genebra. O sentido geral do programa é este: nada de mudanças. Ora, as massas querem mudanças, e nisso reside o fundo da crise política.

Ao desarmar politicamente o proletariado, os Blum, Paul Faure, Cachin, Thorez, têm interesse sobretudo em que aquele não se arme fisicamente. A propaganda destes senhores não se diferencia dos sermões religiosos sobre a superioridade dos princípios morais. Engels, que ensinava que a posse do poder do Estado é uma questão de grupos armados, Marx, que via a insurreição como uma arte, aparecem aos olhos dos deputados, senadores e prefeitos atuais da Frente Popular como selvagens da Idade Média. Le Populaire publicou pela centésima vez um desenho representando um operário desarmado com a seguinte epígrafe: “Compreendam que nossos punhos nus são mais sólidos que seus porretes.” Que esplendido desprezo pela técnica militar! Em comparação, o próprio Negus [3*] tem um ponto de vista mais avançado. Para esta gente, os

golpes de Estado na Itália, Alemanha e Áustria não existem. Deixarão de glorificar os “punhos nus” quando La Rocque colocar-lhes algemas? Em certos momentos, chega-se quase a lamentar que não se possa fazer com que os senhores dirigentes sofram essa experiência isoladamente, sem que as massas tenham de sofrer-la também!

Vista do ângulo do regime burguês, a Frente Popular é um episódio de rivalidade entre o radicalismo e o fascismo para ganhar a atenção e os favores do grande capital. Confraternizando de modo teatral com os socialistas e os comunistas, os radicais querem mostrar ao patrão que o regime não está tão doente como pensam as direitas; que o perigo de revolução é exagerado; que o próprio Vaillant-Couturier trocou sua faca por uma coleira; que através dos “revolucionários” domesticados é possível disciplinar as massas operárias e, conseqüentemente, salvar o regime parlamentar do fracasso.

Nem todos os radicais acreditam nesta manobra; os mais sérios e influentes, com Herriot à frente, preferem adotar uma atitude de espera. Mas, definitivamente, eles mesmos não podem propor outra coisa. A crise do parlamentarismo é antes de tudo uma crise de confiança do eleitor em relação ao radicalismo.

Enquanto não se descobrir o meio de rejuvenescer o capitalismo, não haverá receita para salvar o partido radical. Ele só pode escolher entre diferentes gêneros de morte política. Um êxito relativo nas próximas eleições não impediria e nem sequer atrasaria por muito tempo seu desmoronamento.

Os chefes do partido socialista, os políticos mais despreocupados da França, não se embaraçam com a sociologia da Frente Popular: ninguém pode extrair nada de interessante dos intermináveis monólogos de Leon Blum. Quanto aos comunistas, que estão enormemente orgulhosos de haver tomado a iniciativa de colaboração com a burguesia, apresentam a Frente Popular como a aliança do proletariado com as classes médias. Que paródia de marxismo! Não, o partido radical não é o partido da pequena-burguesia. Não é sequer um “bloco da média e pequena-burguesia”, segundo a absurda definição do Pravda. Não somente a média burguesia explora a pequena-burguesia, tanto no plano econômico quanto político, como ela mesma é um agente do capital financeiro. Rotular com o nome neutro de “bloco” relações políticas hierárquicas fundadas sobre a exploração é rir-se da realidade. Um homem a cavalo não é um bloco

entre um homem e um cavalo. Se o partido de Herriot-Daladier tem raízes nas massas pequeno-burguesas e, em certa medida, até nos meios operários, é unicamente com o objetivo de enganá-los em benefício do regime capitalista. Os radicais são o partido democrático do imperialismo francês: qualquer outra definição é uma mentira.

A crise do sistema capitalista desarma os radicais, arrebatando-lhes os métodos tradicionais que lhes permitiam adormecer a pequena-burguesia. As classes médias começam a sentir, senão a compreender, que a situação não será salva através de reformas miseráveis, e que se tornou necessária uma audaciosa transformação do regime atual. Mas radicalismo e audácia marcham juntos como a água e o fogo. O fascismo se alimenta sobretudo da crescente desconfiança da pequena-burguesia para com o radicalismo. Pode-se dizer, sem exagero, que a sorte política da França não tardará a ser decidida, em grande medida, segundo o modo como o radicalismo for liquidado e segundo quem o suceder: o fascismo ou o partido do proletariado, isto é, aquele que herdar sua influência sobre as massas pequeno-burguesas.

Um princípio elementar da estratégia marxista é que a aliança do proletariado com a pequena-burguesia das cidades e do campo deve realizar-se unicamente na luta irreduzível contra sua representação parlamentar tradicional. Para ganhar o camponês para o operário, é preciso separá-lo do político radical que o submete ao capital financeiro. Do contrário, a Frente Popular, complô da burocracia operária com os piores exploradores políticos das classes médias, é simplesmente capaz de matar a fé das massas nos métodos revolucionários e lançá-las nos braços da contra-revolução fascista.

Ainda que seja difícil acreditar, alguns cínicos tratam de justificar a política da Frente Popular fazendo referência a Lenine que, segundo parece, mostrou que não se pode prescindir de “compromissos” e, especialmente, de acordos com outros partidos. Para os atuais chefes da Internacional Comunista, ultrajar Lenine se tornou uma regra: espezinham a doutrina do fundador do partido bolchevique e em seguida vão prostrar-se diante do seu mausoléu, em Moscou.

Lenine começou sua tarefa na Rússia czarista, onde não apenas os operários, os camponeses e os intelectuais combatiam o antigo regime, mas também amplos meios burgueses. Se, de um modo geral, a política da Frente Popular pudesse ter justificação, ela só seria imaginável num país que ainda não

tivesse feito sua revolução burguesa. Os senhores falsificadores poderiam indicar em que fase, em que momentos e em que circunstâncias o partido bolchevique realizou na Rússia algo semelhante à Frente Popular? Que façam trabalhar suas meninges e pesquisem nos documentos históricos!

Os bolcheviques realizaram acordos práticos com as organizações revolucionárias pequeno-burguesas para o transporte clandestino de publicações revolucionárias e, algumas vezes, para a organização comum de uma manifestação, ou para responder aos grupos de “pogromistas”. Quando das eleições para a Duma, recorreram, em certas circunstâncias e no segundo grau [4*], à blocos eleitorais com os mencheviques ou com os socialistas revolucionários. Isso é tudo. Nem “programas” comuns, nem organismos permanentes, nem renúncia a criticar os aliados circunstanciais. Este tipo de acordos e compromissos episódicos, estritamente limitados a objetivos precisos – os únicos que Lenine tomava em consideração – nada tinham em comum com a Frente Popular, que representa um conglomerado de organizações heterogêneas, uma aliança duradoura de classes diferentes ligadas para todo um período – e que período! – por uma política e um programa comum: por uma política de ostentação, de declamação e de poeira nos olhos. Na primeira prova séria, a Frente Popular vai se romper e todas as suas partes constituintes sairão com profundas rachaduras. A política da Frente Popular é uma política de traição.

A regra do bolchevismo, no que se referia aos blocos, era a seguinte: Marchar separados, vencer juntos! A regra dos atuais chefes da Internacional Comunista é: Marchar juntos para ser derrotado separadamente. Que esses senhores se aferrem a Stálin e Dimitrov, mas que deixem Lenine em paz.

É impossível não se indignar quando se lêem declarações de chefes arrogantes que pretendem que a Frente Popular “salvou” a França do fascismo; na realidade, isso quer dizer simplesmente que nossos heróis aterrorizados se salvaram de um terror ainda maior, graças a estímulos mútuos. Por quanto tempo? Entre o primeiro levante de Hitler e sua chegada ao poder transcorreram dez anos marcados por alternâncias de fluxo e refluxo. Nessa época, os Blum e os Cachin alemães proclamaram muitas vezes sua “vitória” sobre o nacional-socialismo. Não acreditávamos neles e não estávamos errados. Apesar de tudo, essa experiência não ensinou nada aos primos franceses de

Wels e de Thaelmann. É verdade que, na Alemanha, os comunistas não participaram da Frente Popular que reunia a social-democracia, a burguesia de esquerda e o Centro católico (“aliança do proletariado com as classes médias!”). Nesse período, a Internacional Comunista repudiava inclusive os acordos de combate contra o fascismo entre as organizações operárias. Os resultados são conhecidos. Nossa mais calorosa simpatia por Thaelmann, enquanto prisioneiro dos verdugos, não nos pode impedir de dizer que sua política, isto é, a política de Stálin, fez mais pela vitória de Hitler que a própria política de Hitler. De casaca virada, a Internacional Comunista aplica hoje na França a política bastante conhecida da social-democracia alemã. É realmente difícil prever o resultado disso?

As próximas eleições parlamentares, qualquer que seja o resultado, não trarão, por si mesmas, mudanças sérias na situação: definitivamente, os eleitores estão obrigados a escolher entre um árbitro do tipo de Laval e um árbitro do tipo de Herriot-Daladier. Mas como Herriot colaborou tranqüilamente com Laval, e Daladier apoiou ambos, a diferença que os separa, se medida com a escala dos problemas históricos colocados, é insignificante.

Fazer crer que Herriot-Daladier são capazes de declarar guerra às “duzentas” famílias que governam a França é enganar o povo desavergonhadamente. As duzentas famílias não estão suspensas entre o céu e a terra; constituem o coroamento orgânico do sistema do capital financeiro. Para vencer as duzentas famílias, é preciso derrubar o regime econômico e político em cuja manutenção Herriot e Daladier não se encontram menos interessados que Tardieu e La Rocque. Não se trata de uma luta da “nação” contra alguns feudais, como L'Humanité a apresenta, mas da luta do proletariado contra a burguesia, da luta de classes que não pode ser decidida a não ser pela revolução. O complô antioperário dos chefes da Frente Popular se tornou o principal obstáculo nesse caminho.

Não é possível dizer de antemão por quanto tempo ainda continuarão se sucedendo na França ministérios semiparlamentares, semibonapartistas, e por quais fases precisas passará o país no curso do próximo período. Isso dependerá da conjuntura econômica nacional e mundial, da atmosfera internacional, da situação na URSS, do grau de estabilidade do fascismo italiano e alemão, da marcha dos acontecimentos na Espanha e, enfim – e este não é o fator menos

importante –, da visão e da atividade dos elementos de vanguarda do proletariado francês. As convulsões do franco podem apressar o desenlace. Uma cooperação mais estreita da França com a Inglaterra pode retardá-lo. De qualquer modo, a agonia da “democracia” pode ter na França uma duração maior que a do período pré-fascista de Brüning-Papen-Schleicher na Alemanha, mas não deixará de ser uma agonia. A democracia será varrida. A questão é unicamente saber quem a varrerá.

A luta contra as “duzentas famílias”, contra o fascismo e a guerra – pela paz, o pão, a liberdade e outras belas coisas – é, ou bem um engodo, ou bem uma luta para derrubar o capitalismo. O problema da conquista revolucionária do poder se coloca ante os trabalhadores franceses não como um objetivo longínquo, mas como uma tarefa para o período que se inicia. Ora, os chefes socialistas e comunistas não só se negam a realizar a mobilização revolucionária do proletariado como se opõem a ela com todas as suas forças. Ao mesmo tempo em que confraternizam com a burguesia acossam e expulsam os bolcheviques [5*]. Tal é a violência do seu ódio à revolução e do medo que ela lhes inspira! Nessa situação, o pior papel é o desempenhado pelos pseudos-revolucionários, do tipo de Marceau Pivert, que prometem derrotar a burguesia, mas somente com a permissão de Leon Blum!

Toda a marcha do movimento operário francês no curso dos últimos doze anos colocou na ordem do dia a necessidade de se criar um novo partido revolucionário.

Querer adivinhar se os acontecimentos darão tempo “suficiente” para a formação de um novo partido é entregar-se à mais estéril das ocupações. Os recursos da História, no que se refere a possibilidades diversas, formas de transição, etapas, acelerações e atrasos, são inesgotáveis. Sob o império das dificuldades econômicas, o fascismo pode tomar a ofensiva prematuramente e sofrer uma derrota. Disso resultará um alívio duradouro. Do contrário, pode adotar por prudência, durante um longo tempo, uma atitude de espera, e desse modo oferecer novas oportunidades às organizações revolucionárias. A Frente Popular pode romper-se por suas contradições antes que o fascismo seja capaz de travar uma batalha geral: do que resultaria um período de reagrupamentos e cisões nos partidos operários e uma rápida cristalização de uma vanguarda revolucionária. Os movimentos espontâneos das massas, segundo o exemplo de

Toulon e de Brest, podem tomar uma grande amplitude e criar um ponto de apoio sólido para a alavanca revolucionária. Enfim, ainda que o fascismo seja vitorioso na França, o que teoricamente não é impossível, isso não significa que permanecerá no poder por mil anos, como Hitler anuncia, nem que esta vitória criará uma situação comparável à que beneficiou Mussolini. Se o crepúsculo do fascismo começasse na Itália ou na Alemanha, não tardaria a estender-se até a França. Na hipótese menos favorável, construir um partido revolucionário é apressar a hora da revanche. Os sábios que se colocam a salvo dessa tarefa urgente, pretendendo que as “condições não estão maduras”, não fazem senão mostrar que eles mesmos não estão maduros para essas condições.

Os marxistas franceses, como os de todos os países, devem, em certo sentido, começar de novo, mas em um grau historicamente mais elevado que seus predecessores. A queda da Internacional Comunista, mais vergonhosa que a da social-democracia em 1914, perturba consideravelmente, no início, a marcha para frente. O recrutamento de novos quadros é feito com lentidão no curso de uma luta cruel no seio da classe operária contra a frente unida da burocracia reacionária e patriota. Por outro lado, essas dificuldades, que não atingem o proletariado casualmente, constituem um fator importante para uma boa seleção e uma sólida têmpera das primeiras falanges do novo partido e da nova Internacional.

Somente uma ínfima parte dos quadros da Internacional Comunista tinha começado sua educação revolucionária no início da guerra, antes da Revolução de Outubro. Todos eles, quase sem exceção, se encontram atualmente fora Terceira Internacional. Seus sucessores aderiram a Revolução de Outubro quando esta já havia triunfado: quando era mais fácil. Mas desta segunda onda resta pouca coisa. A maior parte dos quadros atuais da Internacional Comunista aderiu não ao programa bolchevique, não à bandeira revolucionária, mas à burocracia soviética. Não são lutadores, mas funcionários dóceis, ajudantes de campo, camareiros. Daí decorre que a Terceira Internacional se conduza de um modo tampouco glorioso em uma situação histórica rica em grandiosas possibilidades revolucionárias.

A Quarta Internacional se levanta sobre os ombros de suas três antecessoras. Recebe golpes de frente, de lado e de trás. Os arrivistas, os covardes e os filisteus nada têm a fazer em suas fileiras. Uma porção, inevitável

no começo, de sectários e aventureiros abandonará o movimento à medida que este cresça. Deixemos que os pedantes e os céticos levantem os ombros a propósito das “pequenas” organizações que publicam “pequenos” jornais e que lançam desafios ao mundo inteiro. Os revolucionários sérios passarão ao lado deles com desprezo. Também a Revolução de Outubro começou a caminhar com sapatos de criança...

Os poderosos partidos russos socialista-revolucionário e menchevique, que durante meses formaram uma “frente popular” com os cadetes [6*], morderam o pó sob os golpes de um “punhado de fanáticos” do bolchevismo. A social-democracia alemã, o partido comunista alemão e a social-democracia austríaca encontraram uma morte sem glória sob os golpes do fascismo. A época que vai começar para a humanidade europeia não deixará no movimento operário rastros do que é equívoco e está gangrenado. Todos esses Jouhaux, Citrine, Blum, Cachin, Vandervelde, Caballero não são mais que fantasmas. As seções da segunda e Terceira Internacionais abandonarão a cena, uma atrás da outra, sem estardalhaço. É inevitável um novo e grandioso reagrupamento das fileiras operárias. Os jovens quadros revolucionários adquiriram carne e sangue. A vitória não é concebível senão sobre a base dos métodos bolcheviques...

Notas:

[1*] Este estudo foi escrito como prefácio à nova edição de Terrorismo e Comunismo, publicada sob o título Defesa do Terrorismo. ([voltar ao texto](#))

[2*] O Congresso de unificação da CGT e a CGTU se realizou em Toulouse de 2 a 5 de março de 1936. ([voltar ao texto](#))

[3*] Negus: título que se dá ao imperador na Etiópia, país da África que, na época a que pertence este trabalho, foi invadido pelo imperialismo italiano. ([voltar ao texto](#))

[4*] A eleição de deputados para a Duma era realizada através de colégios eleitorais em segundo e terceiro grau. ([voltar ao texto](#))

[5*] Alusão à expulsão dos trotskistas da SFIO e às expulsões individuais de militantes do PC que protestavam contra a nova orientação patriótica. ([voltar ao texto](#))

[6*] Cadetes: membros do Partido Democrático Constitucional, organização política burguesa liberal. ([voltar ao texto](#))
